



ppri4.org



ppri.partido



USP pública e gratuita faz 90 anos sob graves ameaças É preciso recuperar as forças do movimento estudantil!

As festividades apresentadas aos calouros pela administração e pelas direções do movimento estudantil na primeira semana de aulas são como uma pintura nova numa casa com paredes rachando e telhado pingando, e que precisa de reforma geral.

Apenas uma pequena parte dos estudantes consegue ingressar na universidade pública e gratuita. Mas não se trata de privilégio, mas de um direito, ao qual a maioria é excluída, e tem de buscar a rede privada de ensino superior. Assim como todo e qualquer direito, não é uma benesse do Estado, e sim uma conquista das massas, que o arrancam com sua mobilização. O vestibular é um mecanismo de exclusão da maioria e favorecimento da rede privada – cada vez mais rica e maior – e dos grandes cursinhos.

A universidade pública vem sendo alvo de ataques dos mais diversos. A grande imprensa afirma que ela é um privilégio à parcela mais privilegiada da juventude, enquanto o ensino fundamental e médio sofre com falta de verbas. Esse sofisma toma a realidade de uma educação sucateada por sucessivos cortes de orçamento para propor... estender o sucateamento ao ensino superior e privatizá-lo. Somente este ano, as universidades federais sofrerão cortes de R\$ 300 milhões em suas verbas. Os salários de professores e funcionários não terá reajuste.

Pesquisas são orientadas a buscar complementos de verbas junto a setores privados.

A USP tem sofrido com sucessivas gestões de reitores que aplicam as diretrizes privatistas, elitistas e de sucateamento ditadas pelos governos. Nesse sentido, isso é parte de uma política mais geral de todos os governos, de privatização e sucateamento dos serviços públicos (Sabesp, CPTM, Metrô, etc.). No ano passado, a situação de déficit de mais de 1.400

professores.

Esse movimento foi a retomada das mobilizações estudantis sistemáticas das duas décadas anteriores, que foi interrompida pela Pandemia, que cortou os laços entre as turmas de estudantes que já tinham vivido a experiência da mobilização e as ingressantes. Os estudantes que se levantaram em greve em 2023, na sua grande maioria, não tinham experimentado mobilizar-se por meio de uma greve estudantil, nem tinham experiência concreta com as direções das organizações estudantis, nem com as artimanhas da burocracia universitária que dirige a USP.

A reitoria tinha um plano de contratação parcial e alongada de professores. Esse plano foi construído, não para resolver os graves problemas de oferecimento de disciplinas existentes nas unidades, mas para impor o critério de “mérito” nas contratações de professores e na própria dinâmica interna das unidades, e entre elas. A política do “mérito” consiste em contratar mais professores para as unidades que tenham maior “produção acadêmica” (Economia, Direito, Medicina, Engenharia), medida pelos resultados de publicações, etc. Ou seja, as unidades que já possuem melhores condições de trabalho e têm menos falta de professores seriam as mais beneficiadas por novas contratações, e as unidades que já têm maiores dificuldades justamente por falta de docentes e verbas (Le-

No ano passado, a situação de déficit de mais de 1.400 professores e 5.400 funcionários levou o conjunto dos estudantes, em praticamente todas as unidades, a uma greve geral. O que moveu os estudantes foi a falta de oferecimento de inúmeras disciplinas, optativas e obrigatórias, e até mesmo a ameaça de fechamento de cursos, tudo isso por falta de professores.

professores e 5.400 funcionários levou o conjunto dos estudantes, em praticamente todas as unidades, a uma greve geral. O que moveu os estudantes foi a falta de oferecimento de inúmeras disciplinas, optativas e obrigatórias, e até mesmo a ameaça de fechamento de cursos, tudo isso por falta de

tras/FFLCH, ECA, Each), seriam as mais prejudicadas.

As reivindicações dos estudantes se chocavam completamente com esse plano. As exigências de contratações imediatas e de acordo com as reais necessidades demoliam a tese do “mérito” da reitoria. Os estudantes também exigiam a contratação dos funcionários necessários, que se choca com a política de terceirização e superexploração do trabalho, que vem sendo imposta pelas sucessivas gestões de reitores. Em resumo, a luta dos estudantes favorecia a USP pública e gratuita, enquanto a política da reitoria era a de USP privatizada e elitista. Esse choque de interesses é que levou o conjunto de estudantes à greve.

No entanto, as direções estudantis não estiveram à altura da grande mobilização estudantil. Não prepararam ou organizaram a unidade estudantil no 1º semestre de 2023, levando as lutas que ocorreram – especialmente na EACH (USP Leste) – a não conquistarem as reivindicações. No 2º semestre, não impulsionaram a organização da greve, que se impôs muito mais pela mobilização e pressão das bases. Quando a greve se impôs como fato, burocratizaram as assembleias gerais, alongando-as para seu esvaziamento, e descumpriram várias de suas resoluções, além de decidirem por fora delas. Recusaram-se a levar a greve sistematicamente às ruas, para colocar a pressão sobre o governo, mantendo-a circunscrita à área da universidade (isto quando havia mobilização contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM, e revolta com a Enel pela falta de luz). Chegaram ao ponto de se recusarem a sair da condução das assembleias quando foram derrotadas pelas bases em sua proposta de fim de greve, quando a greve não poderia mais ser dirigida por quem a sabotava.

A política das direções do DCE

e dos CAs foi a de negociar com a reitoria, não no campo das reivindicações dos estudantes, e sim no campo do plano já traçado pela burocracia universitária. Assim é que não fizeram a defesa firme da contratação imediata de mais de 1.400 professores, mas aceitaram que a reitoria antecipasse o prazo de contratação de 879 professores, previsto para 2025, para 2024. E a contratação imediata de mais 140 professores, que já teria de ser feita por conta de aposentadorias a serem repostas, mais algumas de caráter emergencial/provisório, para o não fechamento de cursos. Abandonaram comple-

Os calouros têm diante de si a tarefa de retomar as grandes mobilizações estudantis das duas últimas décadas. Sem elas, hoje não haveria mais uma série de cursos de graduação, nem moradia, nem circulares, nem bolsas, nem restaurantes. Hoje, é preciso defender essas conquistas, todas elas ameaçadas pelas políticas privatistas, elitistas e de sucateamento da universidade, dominantes na burocracia universitária.

tamente a reivindicação de contratação de funcionários. E assim apresentaram essa “proposta de acordo” à assembleia estudantil, para acabar com a greve. Mas as bases rejeitaram esse encaminhamento.

Essas direções então foram às unidades para acabar com a greve por partes. Esquartejaram o movimento até acabar com ele. Contaram ainda com a ameaça de repressão da reitoria, que pela primeira vez na USP ameaçou grevistas com expulsão e consequente perda de bolsas

e moradia. Ainda assim, houve uma ocupação dos blocos K e L, que originalmente formavam o Crusp, foram convertidos em reitoria durante a ditadura militar, e agora são parcialmente ocupados por escritórios da administração. A ocupação e a continuidade da greve conseguiram fazer a reitoria voltar atrás na medida repressiva, mas a greve acabou sem uma conquista que pudesse de fato fazer frente à política de sucateamento de um lado e elitização de outro, ditada pela reitoria.

As condições de ensino e estudo para 2024, portanto, permanecem praticamente as mesmas do ano de 2023. A realidade exige uma nova mobilização, que, no entanto, vai ter de superar a experiência negativa dos veteranos com a greve, por conta da conduta das direções do movimento – o que coloca a necessidade de recuperar o DCE e os CAs como organizações para a mobilização estudantil, por meio da construção de direções classistas e combativas. Os calouros têm diante de si a tarefa de retomar as grandes mobilizações estudantis das duas últimas décadas. Sem elas, hoje não haveria mais uma série de cursos de graduação, nem moradia, nem circulares, nem bolsas, nem restaurantes. Hoje, é preciso defender essas conquistas, todas elas ameaçadas pelas políticas privatistas, elitistas e de sucateamento da universidade, dominantes na burocracia universitária. E somente os estudantes podem encabeçar essa luta, em unidade com funcionários e professores não ligados à burocracia universitária. E também em unidade com a população assalariada, que é quem sustenta a USP com seu trabalho e que pode fazer a pressão necessária sobre os governos para o atendimento das reivindicações.

***Calouros de 2024,
bem-vindos à luta! ■***